



IMPACTO DA RESTRIÇÃO AO USO DE ADITIVOS EM DERIVADOS DO TABACO NOS PRINCIPAIS MUNICÍPIOS FUMICULTORES DO PARANÁ

Maria Salete Zanchet

Engenheira agrônoma, pesquisadora do IPARDES

E-mail: saletez@ipardes.pr.gov.br

Fernando Raphael Ferro de Lima

Geógrafo, pesquisador do IPARDES

E-mail: fernandodelima@ipardes.pr.gov.br

Resumo: O objetivo deste artigo é evidenciar a ocorrência de especialização na pauta produtiva nos principais municípios fumicultores paranaenses, diante do impacto da restrição ao uso de aditivos em derivados do tabaco, preconizada pela Resolução RDC n.º 14, da ANVISA. A base de dados utilizada para qualificar este processo é do Produto Interno Bruto da Agropecuária, do IBGE, tendo como período de análise os anos de 1999 e 2008. Embora ocupe a terceira colocação no *ranking* brasileiro, o Paraná elevou sua participação na produção nacional de tabaco, que passou de 11%, em 2000, para 21% em 2010. Ao mesmo tempo em que a produção de tabaco cresce, observou-se redução na participação do PIB do fumo em relação ao PIB agrícola em municípios selecionados. Apesar do aumento verificado na produção paranaense de tabaco, há indicativos de que houve, no período, uma diversificação da base econômica das municipalidades fumicultoras.

Palavras-chave: Fumicultura paranaense. Cultivo de tabaco. PIB Agropecuário. Tabaco Burley. Uso de aditivos em derivados do tabaco.

INTRODUÇÃO

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) aprovou a proibição do uso de aditivos químicos em derivados do tabaco, que passa a vigorar no prazo de 18 meses em todo território nacional, considerado a partir da publicação da Resolução da Direção Colegiada – RDC N.º 14, no Diário Oficial da União, de 16 de março de 2012.

A aprovação da medida foi combatida pelas indústrias de tabaco, com ampla divulgação nos meios de comunicação. Há expectativas de que a proibição do uso de aditivos tenha repercussão negativa para os pequenos produtores de tabaco e, em consequência, comprometa a produção agrícola municipal.

Diante das medidas aprovadas pela ANVISA e do questionamento do setor industrial, pergunta-se: qual o impacto da restrição ao uso de aditivos em derivados do tabaco nos principais municípios fumicultores paranaenses? Em que medida os municípios participantes da cadeia produtiva caracterizam-se pela especialização na produção de tabaco?

O objetivo deste artigo é buscar informações mais detalhadas acerca da ocorrência de especialização em municípios produtores de tabaco, e verificar a tendência de diversificação agrícola na pauta produtiva, em municípios selecionados do Paraná.

A primeira seção levanta informações sobre a proibição do uso de aditivos químicos em derivados do tabaco, baseada na RDC N.º 14 da ANVISA, e a argumentação quanto à prevenção do tabagismo dentro da população jovem. Na sequência, são apresentadas as informações sobre o Programa Nacional de Diversificação das Áreas Cultivadas com Tabaco, e os resultados de pesquisas desenvolvidas no Paraná. Na terceira seção, são analisados os dados da produção paranaense em municípios fumicultores selecionados.

1 O USO DE ADITIVOS EM PRODUTOS DERIVADOS DO TABACO

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em reunião no dia 13 de março de 2012, aprovou a Resolução – RDC N.º 14, que estabelece, em seu capítulo IV, a restrição ao uso de aditivos em todos os produtos fumígenos derivados do tabaco comercializados no Brasil. A medida faz parte da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT), acordo internacional da Organização Mundial da Saúde (OMS), do qual o Brasil é signatário. Os aditivos são substâncias adicionadas aos produtos derivados do tabaco com o objetivo de disfarçar os aspectos desagradáveis da nicotina e da fumaça do cigarro. A lista de proibições contém dez tipos de aditivos que alteram o sabor do cigarro, entre os quais, chocolate, menta e cravo, mas a resolução permite a utilização de oito aditivos, inclusive o açúcar. Nesse caso, a adição de açúcares é permitida exclusivamente para a

recomposição do teor de açúcar originalmente presente na folha de tabaco antes do processo de secagem. A resolução aprovada é mais branda do que a originalmente colocada em consulta pública, em que era prevista a proibição de todos os aditivos. As medidas entram em vigor no prazo de 18 meses, quando o descumprimento passará a constituir infração sanitária (ANVISA, 2012; BRASIL, 2012; FORMENTI, 2012).

A decisão encerra o período de discussões, que teve início após a 4ª sessão da Conferência das Partes (COP4), realizada no Uruguai em novembro de 2010, ocasião em que os representantes das Partes aprovaram por unanimidade as diretrizes dos artigos 9 e 10 da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, que tratam da adição de sabores e aromatizantes aos produtos derivados do tabaco, como consta na Declaração de Punta del Este sobre a Aplicação da Convenção Quadro da OMS para o controle do tabaco (FETRAF, 2010).

O cigarro de sabor é considerado a porta de entrada para o tabagismo. A necessidade de prevenção do tabagismo entre os jovens se deve ao fato de a promoção junto a este público ser estratégica para a manutenção e expansão da indústria do tabaco. O cigarro é a segunda droga mais consumida entre os jovens, no Brasil e no mundo. Estima-se que 90% dos fumantes começam a fumar antes dos 19 anos e há comprovações de que a dependência da nicotina se instala facilmente nos jovens na faixa etária entre 12 e 18 anos, período em que ocorre a formação da personalidade e da consciência crítica. Conforme divulgado pelo Instituto Nacional do Câncer (INCA), os jovens preferem cigarros com sabor:

Uma grande parcela do investimento em marketing feito pela indústria do tabaco é direcionada a atrair crianças e adolescentes. Além de embalagens coloridas e com designs elaborados, a indústria introduziu uma ampla variedade de aromas e sabores atraentes, capazes de mascarar o gosto amargo de todos os produtos derivados do tabaco. Ao torná-los mais atraentes e agradáveis ao paladar ou com maior potencial de causarem dependência, esses aditivos aumentam, conseqüentemente, a possibilidade de causar danos à saúde (INCA, 2012).

Prevê-se que a proibição do uso de aditivos contribuirá para a redução da iniciação de novos fumantes, em especial os jovens. A dimensão deste público ilustra bem a preocupação do governo brasileiro com a prevenção do tabagismo juvenil. Os jovens representam 26,9% do total da população brasileira e, segundo dados do Censo Demográfico de 2010, há no Brasil cerca de 51,4 milhões de pessoas na faixa de 10 a 24 anos (IBGE, 2012).

Estudo derivado da Pesquisa Global de Tabaco na Juventude da Organização Mundial da Saúde, e baseado na análise de entrevistas com 17.127 estudantes brasileiros na faixa etária de 13 a 15 anos, entre 2005 e 2009, revela que 30,4% dos meninos e 36,5% das meninas declararam ter experimentado cigarro alguma vez na vida. Desse grupo, 58,2% dos meninos e 52,9% das meninas informaram a preferência por cigarro com sabor (INCA, 2012).

Por sua vez, os estudos que tratam do tabagismo entre jovens e adolescentes indicam que grande parte dos hábitos e comportamentos resulta da interação entre as características individuais e o ambiente cultural e familiar em que este público está inserido, sendo a escola um importante canal de prevenção e controle do tabagismo na população jovem. O tema da prevenção e controle do tabagismo entre os jovens foge ao escopo deste artigo, porém uma revisão sistemática sobre o assunto pode ser encontrada em Goldfarb (1999), Schenker e Minayo (2003), e Schneider e Alves (2009).

O tabagismo é considerado uma doença, caracterizada pela dependência química da nicotina, e seu controle no Brasil tem frentes relevantes de políticas públicas. Sem dúvida, a principal vertente são as ações na área da saúde pública, lideradas pelo INCA, com vistas à redução do consumo de cigarros no mercado interno.

A prevalência do tabagismo é pesquisada por meio de um modelo global para o monitoramento sistemático do uso do tabaco e para o acompanhamento de indicadores de controle do tabaco, denominado *Global Adult Tobacco Survey* (GATS). No Brasil, esta pesquisa é realizada como um módulo especial da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), qual seja, a Pesquisa Especial de Tabagismo (PETab). Os resultados para 2008 da PETab quanto ao uso de tabaco indicam que, no Brasil, 15,1% das pessoas eram fumantes diários de tabaco; entre os ex-fumantes diários, situava-se 46,9% do total de pessoas. Os dados são nacionalmente representativos para a população de 15 anos ou mais de idade. Outros detalhes desta pesquisa estão disponíveis no Sumário Executivo, editado pelo IBGE (2010).

2 A DIVERSIFICAÇÃO NAS ÁREAS CULTIVADAS COM TABACO

Outra frente importante de políticas públicas diz respeito à produção agrícola, em especial à diversificação das áreas cultivadas com tabaco, como medida de proteção aos agricultores e trabalhadores rurais envolvidos com esse cultivo. O governo federal criou em 2005 o Programa de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O programa implementa as diretrizes dos artigos n.º 17 e 18 da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco – respectivamente, apoio às alternativas economicamente viáveis e proteção ao meio ambiente e saúde das pessoas. Diante da tendência gradual de redução na produção de tabaco, provocada pelo declínio do consumo mundial de cigarros, há a necessidade de diversificação das alternativas de renda do agricultor familiar fumicultor. O referido programa estabelece, como áreas estratégicas, ações em pesquisa, assistência técnica e capacitação. Sessenta projetos foram apoiados nas regiões Sul e Nordeste e desenvolvidos através de organizações governamentais e não governamentais, alguns dos quais aplicados no Paraná. De maneira geral, os projetos implementados nos Territórios da Cidadania no Paraná visavam evidenciar as potencialidades da diversificação das lavouras, as alternativas de cultivo e os sistemas de produção. Por sua vez, as atividades de extensão universitária atuaram no fomento à diversificação das áreas cultivadas com tabaco (BRASIL, 2011).

Utilizando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, para o período 2002-2006, Zanchet (2008) observou que o cultivo de tabaco é relevante na ocupação agrícola: em termos de pessoal ocupado na agropecuária, esta atividade representa em torno de 16,2% do total das pessoas ocupadas em lavouras temporárias no Paraná. É possível afirmar também que houve crescimento no total de pessoas ocupadas, uma vez que o número de ocupados passa de 43,4 mil pessoas, em 2002, para 63,3 mil pessoas em 2006. A desagregação dos dados de pessoal ocupado, segundo a posição na ocupação nesta atividade, indica a participação significativa da agricultura familiar: mais de 90% das pessoas ocupadas são trabalhadores por conta própria e não remunerados. A fumicultura paranaense tem pouco impacto na geração de empregos, uma vez que menos de 10% do total de pessoas ocupadas com esta atividade é representado por assalariados agrícolas. A discussão teórica sobre a agricultura familiar é ampla, e os dados obtidos para a lavoura de tabaco no Paraná confirmam a associação entre trabalhadores por conta própria e agricultura familiar (SCHNEIDER, 2006).

De acordo com Bonato (2009), na Região Sul são cultivados o tabaco do tipo Virgínia (84%) e do tipo Burley (14%); apenas 2% do total é representado por cultivo de outros tipos. O tipo de tabaco cultivado ganha relevância pois implica processos distintos de trabalho, produtividade e renda. O tabaco do tipo Virgínia tem produtividade elevada; é colhido pelo processo de retirada da folha, em diversas etapas, e curado em estufas. Por sua vez, o tabaco Burley tem produtividade inferior, comparativamente ao Virgínia; é colhido em etapa única, pelo corte basal da planta, e curado em galpões. Na pesquisa desenvolvida tendo como referência a safra 2006/07, o autor observou que a renda média anual dos produtores de tabaco tipo Virgínia alcançou R\$ 26.450,00. A renda média anual dos produtores de tabaco tipo Burley situou-se em torno de R\$ 10.790,00. Quanto à especialização, foi possível perceber que para os produtores de fumo de galpão, a renda obtida com a cultura de tabaco é um complemento da renda da propriedade agrícola. O mesmo não ocorre com os produtores de fumo de estufa, para os quais a atividade é a base da renda agrícola.

Com o objetivo de proporcionar alternativas de renda e qualidade de vida para as famílias fumicultoras, o Instituto Agronômico do Paraná (IAPAR) avaliou sete famílias e seus sistemas de cultivo nos territórios Vale do Iguaçu e Centro-Sul do Paraná, que congregam 22 municípios, através da Rede de Referência em Agroecologia. Entre as diversas opções de cultivo estudadas, uma das mais benéficas foi o sistema agroecológico, com a produção de tabaco orgânico. Embora no terceiro ano de produção o preço recebido pelo agricultor com tabaco orgânico alcance cerca de 50% acima do convencional, o sistema agroecológico não conta com a cadeia produtiva organizada, como no caso do tabaco convencional, para o qual há crédito de custeio, seguro da produção e comercialização contratada. Outra experiência que apresentou êxito foi a substituição da lavoura de tabaco pela produção de hortaliças e frutas orgânicas, destinadas ao comércio de Curitiba e Região Metropolitana. A família investiu na agroindustrialização, com produção de mel, uva e pepino em conserva; e também aderiu ao

Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), política agrícola do governo federal para compras institucionais de alimentos da agricultura familiar destinadas à merenda escolar e ao abastecimento de asilos e creches municipais. As famílias estudadas pela pesquisa do IAPAR revelam que a diversificação é uma estratégia viável para diminuir a dependência do agricultor em relação ao cultivo do tabaco. Além disso, o estudo comprova que o cultivo de tabaco pode ser totalmente substituído, especialmente nas propriedades onde houver agregação de valor, como no caso da agroindustrialização (AHRENS, FUENTES LLANILLO, MILLÉO, 2010).

Em oposição às ações governamentais de controle do tabagismo e de estímulo à diversificação nas áreas cultivadas com tabaco, estão posicionados os interesses do setor produtivo. No caso específico da proibição do uso de aditivos em cigarros, o manifesto dos representantes da indústria de tabaco indica que o efeito se fará sentir, também, sobre a agricultura, com impactos econômicos e sociais na cadeia produtiva do tabaco: quando implantada, a medida irá inviabilizar a produção do tabaco do tipo Burley, que garante a renda de 50 mil famílias na Região Sul do Brasil. Com este argumento, afirmam que as medidas terão reflexos sobre a agricultura nos três estados da Região Sul, com perda da renda agrícola e redução de postos de trabalho, onde o tabaco do tipo Burley é cultivado (AFUBRA, 2012).

A fumicultura tem forte ligação com o comércio exterior, uma vez que o Brasil é o segundo maior produtor de tabaco e o maior exportador em nível global do produto. Cerca de 85% da produção brasileira de tabaco é destinada à exportação, de forma que a redução do consumo interno de cigarro tem influência minimizada neste cenário. A desaceleração da economia mundial, em especial a crise do bloco europeu, pouco alterou o valor das exportações brasileiras de tabaco, que entre 2006 e 2011 cresceram na ordem de 14% ao ano, atingindo a cifra de US\$ 2,94 bilhões em 2011. A China tornou-se o maior comprador individual de tabaco do Brasil. O comércio de tabaco entre o Brasil e a China mantém tendência crescente no que se refere a valores de exportação: passou de menos de US\$ 100 milhões em 2006 para cerca de US\$ 380 milhões em 2011. O mercado chinês privilegia a qualidade em detrimento da quantidade: embora a China mantenha o volume histórico de 55 mil toneladas importadas do Brasil, tem preferência pela lâmina, a parte mais nobre da folha (DANTAS, 2012).

3 PRINCIPAIS MUNICÍPIOS PRODUTORES DE TABACO NO PARANÁ

Groxko (2011) afirma, em prognóstico agrícola para a safra 2010/11, que houve expansão da área média cultivada nos últimos sete anos, motivada pela falta de melhores alternativas aos pequenos agricultores: a participação paranaense passou de 11% para 21% na produção brasileira de fumo.

De fato, durante a década de 2000, a produção de tabaco no Paraná ganhou impulso, sendo observado aumento significativo nas quantidades produzidas. Embora a produção paranaense alcance a terceira colocação no *ranking* nacional, registrou crescimento significativo, comparativamente aos outros estados da Região Sul.

A título de ilustração, em 2000 o Paraná produziu 64.554 toneladas de tabaco, o que representou 11,1% da produção brasileira, segundo os dados da Pesquisa Agrícola Municipal (PAM). Em 2010, foram produzidas 164.894 toneladas (20,9% do total), o que aponta uma taxa média geométrica de crescimento de 9,8% ao ano (tabela 1).

TABELA 1 - ÁREA PLANTADA E QUANTIDADE PRODUZIDA DE TABACO NOS PRINCIPAIS ESTADOS FUMICULTORES - 2000/2010

ESTADO	ÁREA PLANTADA				QUANTIDADE PRODUZIDA			
	2000		2010		2000		2010	
	ha	%	ha	%	t	%	t	%
Rio Grande do Sul	145 480	46,3	220 512	48,8	294 873	50,7	343 482	43,5
Santa Catarina	96 117	30,6	130 196	28,8	188 327	32,4	252 771	32,0
Paraná	33 908	10,8	79 503	17,6	64 554	11,1	164 894	20,9
Alagoas	17 710	5,6	10 269	2,3	15 876	2,7	16 334	2,1
Bahia	10 399	3,3	5 879	1,3	8 419	1,4	6 147	0,8
Sergipe	3 411	1,1	1 726	0,4	5 364	0,9	2 231	0,3
Outros	3 608	1,1	1 991	0,4	2 314	0,4	1 758	0,2
TOTAL	314 241	100,0	452 067	100,0	582 041	100,0	789 375	100,0

FONTE: PAM - IBGE

A produção de tabaco é destacada em alguns municípios do sudeste paranaense, que têm sua economia local fortemente atrelada a esta atividade. Foram selecionados 20 municípios fumicultores, com produção anual em 2010 acima de 4 mil toneladas em folhas de tabaco. A produção agregada dos municípios selecionados alcançou cerca de 108 mil toneladas em 2010. O mesmo conjunto de municípios, no ano 2000, totalizou aproximadamente 37 mil toneladas de tabaco, o que revela o estímulo ao cultivo de tabaco no Paraná. Ainda de acordo com a PAM, ocorreu um aumento na concentração da produção de tabaco: os municípios que mais produziram responderam por 58,3% da produção estadual em 2000, passando para 65,8% em 2010 (tabela 2).

Cabe destacar que cinco municípios paranaenses colheram, individualmente, uma quantidade maior que o estado da Bahia, o quinto maior produtor nacional. Os principais municípios produtores de tabaco fazem parte da mesorregião Sudeste Paranaense. No período considerado, os demais municípios fumicultores paranaenses também apresentaram crescimento da quantidade produzida, porém observa-se queda na participação destes no total produzido.

Interessa observar nesta seção a ocorrência de especialização na pauta produtiva dos principais municípios fumicultores paranaenses. Parte-se do pressuposto de que, no caso de especialização produtiva, a economia do município sofreria impacto maior com a redução da produção de tabaco, decorrente da proibição do uso de aditivos nos derivados comercializados no Brasil. A base de dados utilizada para qualificar este processo é do PIB da agropecuária, do IBGE, tendo como período de análise os anos de 1999 e 2008. A escolha dos dados é justificável uma vez que o PIB dos municípios compõe um sistema de indicadores com informações de ordem econômica e social, que atende a demanda crescente de informações econômicas padronizadas e comparáveis em nível municipal (LIMA, 2011).

TABELA 2 - QUANTIDADE DE TABACO PRODUZIDA PELOS PRINCIPAIS MUNICÍPIOS FUMICULTORES DO PARANÁ - 2000/2010

MUNICÍPIO	QUANTIDADE PRODUZIDA			
	2000		2010	
	t	%	t	%
Rio Azul	4 617	7,2	11 193	6,8
São João do Triunfo	2 220	3,4	11 000	6,7
Prudentópolis	3 236	5,0	9 849	6,0
Piên	1 940	3,0	9 225	5,6
Ipiranga	3 700	5,7	8 050	4,9
Irati	2 164	3,4	7 062	4,3
Guamiranga	2 596	4,0	6 909	4,2
Imbituva	2 934	4,5	6 520	4,0
Palmeira	2 565	4,0	6 160	3,7
Ivaí	1 800	2,8	5 980	3,6
Rio Negro	1 869	2,9	5 060	3,1
Rebouças	1 773	2,7	4 620	2,8
São Mateus do Sul	1 838	2,8	4 500	2,7
Paulo Frontin	1 854	2,9	4 200	2,5
Quitandinha	1 037	1,6	4 180	2,5
Mallet	1 498	2,3	4 056	2,5
Principais Produtores	37 641	58,3	108 564	65,8
Outros	26 913	41,7	56 330	34,2
TOTAL	64 554	100,0	164 894	100,0

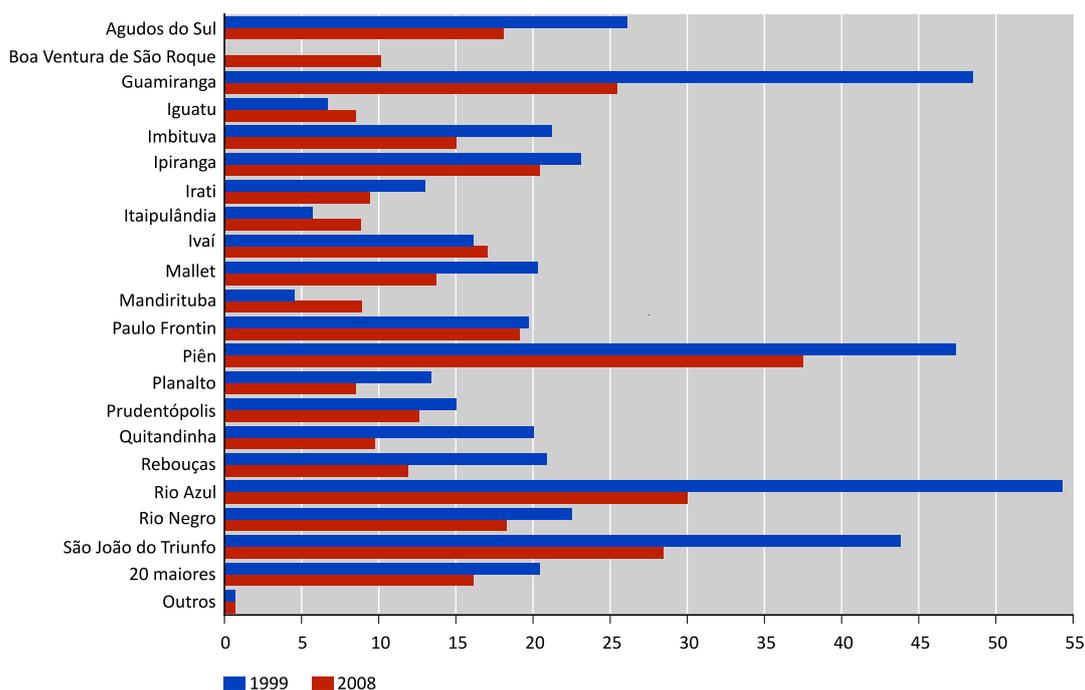
FONTE: IBGE - Pesquisa Agrícola Municipal

NOTA: Utilizou-se como referência de corte os municípios com produção de fumo superior a 4 mil toneladas no ano de 2010.

Apesar do aumento verificado na produção paranaense de tabaco, há indicativos de que houve, em geral, uma diversificação da base econômica das municipalidades fumicultoras no período. Para tanto, foram apurados os dados do PIB municipal, divulgados pelo IBGE, e calculados os percentuais referentes à participação do fumo na agropecuária, empregando como método a participação do Valor Bruto de Produção (VBP) deste cultivo no total de culturas consideradas. O cálculo do PIB é realizado a partir dos microdados da Pesquisa Agrícola Municipal (PAM), Pesquisa Extrativa e Silvicultura (PRSV) e Pesquisa Pecuária Municipal (PPM). O dado utilizado para o rateio entre os municípios também é o VBP, cuja metodologia se encontra disponível no *site* do IBGE. Assim, para o objetivo específico deste artigo, utilizou-se como indicador a proporção do PIB do fumo em relação ao PIB da agropecuária municipal (gráfico 1).

A seguir, apresentam-se os municípios paranaenses em que o Valor Adicionado (VA) da fumicultura tem maior importância no VA da agropecuária. Em 1999, quatro municípios do sudeste paranaense (Piên, Rio Azul, São João do Triunfo e Guamiranga) tinham em torno de 50% de sua produção agropecuária dependente da produção de fumo. Em 2008, este percentual ficou abaixo dos 40% para todos os municípios.

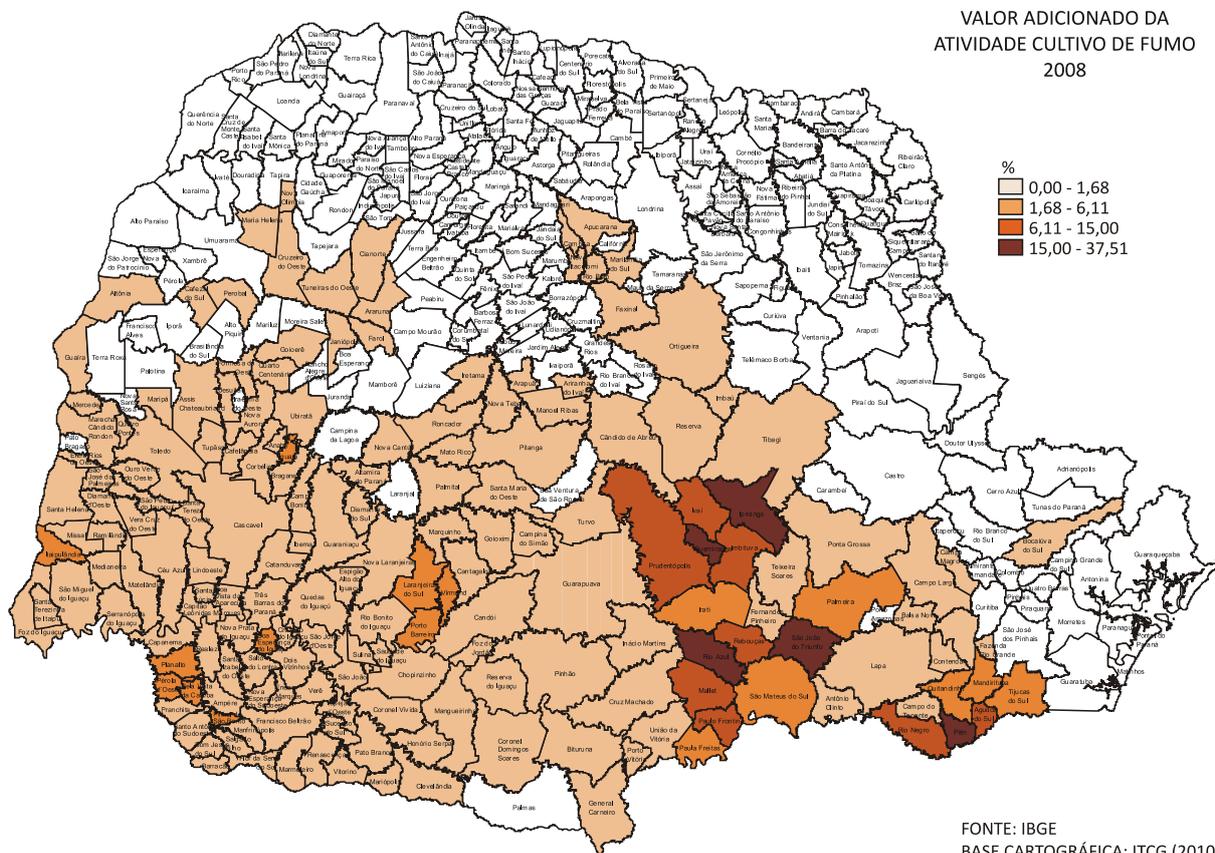
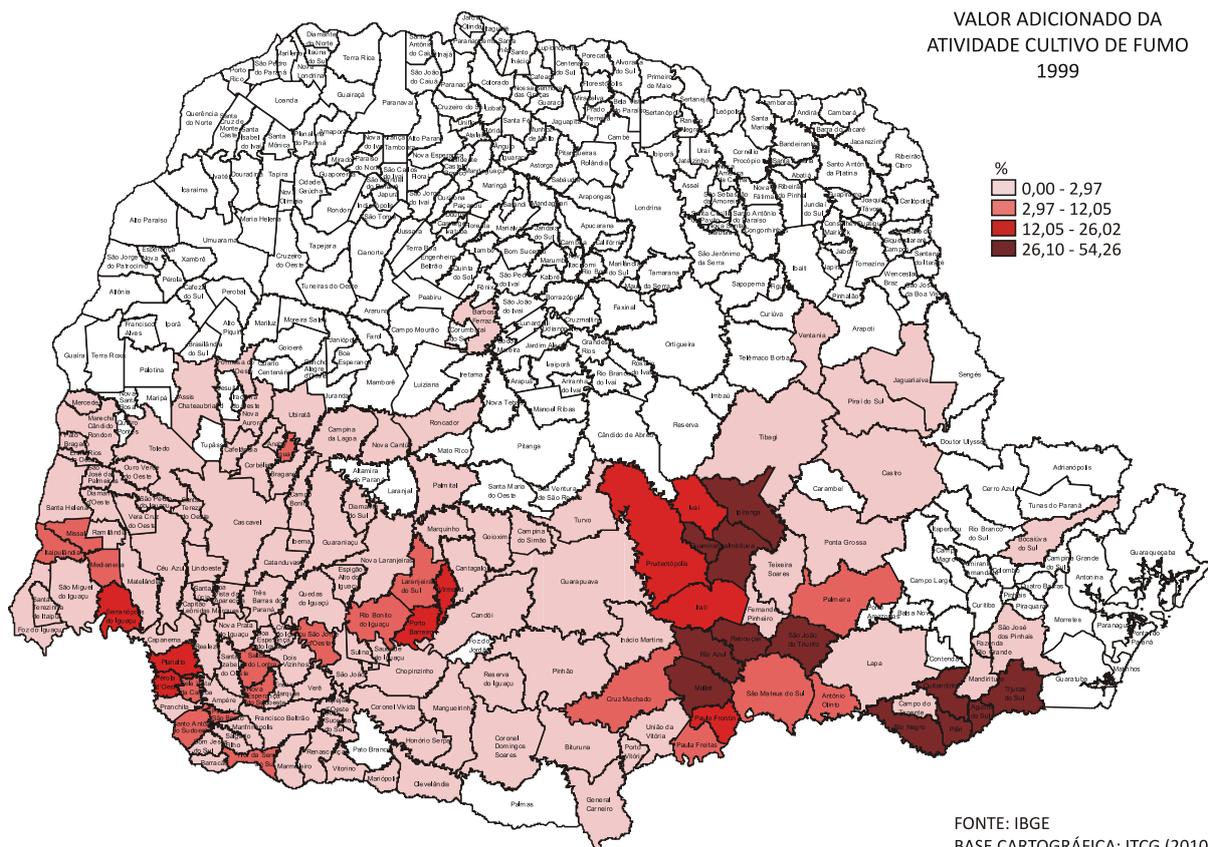
GRÁFICO 1 - PROPORÇÃO DO VALOR ADICIONADO (VA) DA FUMICULTURA NA AGROPECUÁRIA - PARANÁ - 1999/2008



FONTES: IBGE/IPARDES

Entre os vinte maiores produtores de fumo do Paraná, ocorreu uma redução da importância relativa do fumo em suas atividades agropecuárias, de 20,4% para 16,1%. Este fato se deu mesmo entre os municípios fumicultores que apresentavam elevado grau de especialização na cultura do tabaco. Em alguns municípios, contudo, houve pequeno acréscimo, como é o caso de Ivaí, Mandirituba, Itaipulândia e Iguatu. No entanto, o VA da fumicultura destes municípios, bem como sua participação relativa no VA da agropecuária, situa-se abaixo da média do grupo dos vinte maiores produtores, minimizando a importância deste crescimento da participação do fumo no período analisado.

A proporção do VA da fumicultura em relação ao VA da agropecuária municipal também é o indicador utilizado para evidenciar a dinâmica da produção do tabaco entre 1999 e 2008. É possível observar que existem municípios em que a produção de tabaco tem participação maior no PIB da agropecuária, revelando a especialização do sudeste paranaense. Porém, não é apenas o crescimento da produção na principal região fumicultora que explica o aumento da quantidade produzida no Paraná. Além da intensificação da fumicultura na mesorregião Sudeste Paranaense, tradicionalmente produtora de tabaco, houve a expansão da atividade em outros municípios, nos quais a atividade não era desenvolvida anteriormente. Em 1999, havia 143 municípios com registros de produção de tabaco, enquanto em 2008 eram 180 municípios com produção de tabaco. O fomento da lavoura de tabaco atinge municípios e regiões onde tradicionalmente o cultivo não existia na década anterior, podendo-se concluir que o aumento da produção é representado não só pela intensificação do cultivo na região sudeste, mas também pela inserção da atividade em outras regiões. Esta situação está representada nos mapas a seguir.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações na área da saúde apresentaram rápida adesão por parte das autoridades sanitárias, em especial quanto à adequação da legislação restritiva ao consumo e à propaganda de derivados de tabaco, em especial o cigarro. O mesmo não se pode afirmar das ações previstas para o setor produtivo, uma vez que o que se preconiza é a diversificação das lavouras nas áreas cultivadas com tabaco.

Houve redução da prevalência de tabagismo na população adulta nos últimos anos, em decorrência de ações implementadas no âmbito das políticas públicas na área da saúde. A proibição do uso de aditivos em produtos derivados do tabaco, publicada em março de 2012 pela ANVISA e prevista para vigorar dentro de 18 meses, deve influenciar na iniciação do consumo de cigarros com sabor por parte dos jovens no Brasil. No entanto, a proibição da fabricação e do comércio de cigarros com sabor poderia ser acompanhada de campanhas educativas nas escolas, de forma a tornar mais efetivas as ações da saúde no controle e redução do tabagismo juvenil.

A proibição do uso de aditivos afeta diretamente os produtores de tabaco tipo Burley. Cabe observar que, além da produtividade e da renda em situação desfavorável em relação ao tabaco tipo Virgínia, é o tabaco tipo Burley que necessita de aditivos para formar o *American Blend* no processamento industrial. No Paraná, o tabaco tipo Burley representa de 15% a 20% do total da produção. Portanto, quando entrar em vigor a Resolução RDC N.º 14 da ANVISA, o impacto recairá sobre este tipo de cultivo, que terá reduzida sua participação na produção paranaense de tabaco.

Tendo em vista que a renda gerada com o cultivo de tabaco tipo Burley é apenas complementar na propriedade agrícola, o fomento à diversificação da produção nestas áreas poderá minimizar as perdas na renda agrícola provocadas pela redução de cultivo. Prevê-se que as ações de diversificação poderão ser mais efetivas nas propriedades agrícolas onde há cultivo do tabaco tipo Burley.

Por outro lado, o cultivo de tabaco tipo Virgínia apresenta tendência de concentração no sudeste paranaense, e poderá ser acompanhado de maiores exigências quanto à qualidade das folhas, devido à demanda do comércio exterior.

O que se verifica no Paraná, entre 2000 e 2010, é a expansão da produção de tabaco, com destaque para o crescimento na participação da produção nacional. Este crescimento da produção paranaense é acompanhado pela inserção da cultura de tabaco em municípios onde a atividade não era desenvolvida na década anterior. É provável que esteja ocorrendo um incentivo maior à fumicultura no Paraná, em decorrência da redução do cultivo do tabaco em outras regiões produtoras em nível nacional. Concorre para esta situação o crescimento das exportações do tabaco, sobretudo para a China, ao longo da última década, e a renda auferida com o cultivo do tabaco, que se mantém acima das demais alternativas econômicas.

O crescimento da produção paranaense de tabaco coloca em dúvida a real potencialidade de intervenção, nas decisões do agricultor, das políticas públicas para a agricultura ligadas à Convenção-Quadro, e constitui situação contraditória com o panorama de redução do consumo doméstico de cigarros. É possível afirmar que as mudanças na cadeia produtiva do tabaco são de difícil implementação, devido ao vínculo estreito entre agricultores e indústria. Trata-se de atividade fortemente organizada e caracterizada como oligopólio transnacional.

Entretanto, as ações do Ministério do Desenvolvimento Agrário para a diversificação da produção e renda em área cultivadas com tabaco se fazem sentir, no Paraná, pela redução na participação do PIB da agropecuária de 20% para 16% nos principais municípios fumicultores. Esta redução foi observada apesar do crescimento das quantidades produzidas de tabaco no Paraná, que inclusive elevaram sua participação no total produzido nacionalmente. Contudo, cabe investigar com maior profundidade a produção agropecuária neste conjunto de municípios para aferir se a queda relativa do tabaco no VA da agropecuária decorre de uma real diversificação das atividades produtivas dos pequenos produtores rurais, tradicionais produtores de tabaco no Paraná.

REFERÊNCIAS

AFUBRA. Associação dos Fumicultores do Brasil. Notícias. 2012. Disponível em: <<http://www.afubra.com.br/blog/?p=224>>. Acesso em: 3 mar. 2012.

AHRENS, Dirk Cláudio; FUENTES LLANILLO, Rafael; MILLÉO, Róger Daniel de S. **Diversificando áreas com cultivo do tabaco**: uma experiência no centro sul do Paraná. Londrina: IAPAR, 2010. (Boletim Técnico, 74)

ANVISA. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Ministério da Saúde**. Notícias. 2012. Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/portalsaude/noticia/4498/162/anvisa-aprova-retirada-%3Cbr%3Ede-cigarros-com-sabor.html>>. Acesso em: 20 mar. 2012.

BONATO, Amadeu. **A fumicultura e a convenção-quadro**: desafios para a Diversificação. Curitiba: DESER, 2009. (Relatório)

BRASIL. **Ações do ministério do desenvolvimento agrário para a diversificação da produção e renda em áreas cultivadas com tabaco no Brasil**. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. Publicações. 2011. Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/portal/saf/publicacoes/pageflip-view?pageflip_id=6502876>. Acesso em: 23 fev. 2012.

BRASIL. Resolução - RDC Nº 14. **Diário Oficial da União**, n.53, seção 1, 16 mar. 2012.

DANTAS, Iuri. Fumo lidera expansão industrial em 2011. **O Estado de São Paulo**. 22 fev. 2012. Economia p.B5.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA FAMILIAR DA REGIÃO SUL (FETRAF). Disponível em: <http://www.fetrafsul.org.br/2011/index.php?option=com_content&view=article&id=188%3Aconferencia-das-partes-e-uma-vitoria-da-saude-publica-sobre-a-industria-do-tabaco&Itemid=162>. Acesso em: 23 nov. 2010.

FORMENTI, Lígia. Resolução da Anvisa mantém veto a cigarro com sabor e libera açúcar. **Folha de S. Paulo**, 6 fev. 2012. Vida, p.A16.

GOLDFARB, Luisa da Costa e Silva. Tabagismo estudos em adolescentes e jovens. **Cadernos juventude, saúde e desenvolvimento**, v.1. Organizadores: Nélia Schor, Maria do Socorro F. Tabosa Mota, Viviane Castelo Branco. Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde, 1999. Disponível em: <<http://www.adolesc.br/bvs/adolesc/P/pdf/cadernos1.pdf>>. Acesso em: 23 fev. 2012.

GROXKO, Methodio. Análise Conjuntural da Fumicultura. SEAB/DERAL. **Prognóstico agropecuário**. 2011. Disponível em: <http://www.agricultura.pr.gov.br/arquivos/File/deral/Prognosticos/fumicultura_2011_12.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2012.

IBGE. **Pesquisa especial de tabagismo**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2008/suplementos/tabagismo/pnad_tabagismo.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2010.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2012.

IBGE. **Produção Agrícola Municipal**. Rio de Janeiro, 2011.

IBGE. **Produto Interno Bruto**. Rio de Janeiro, 2011.

INCA. Instituto Nacional do Câncer. Programa Nacional. **Programa nacional de controle do tabagismo e outros fatores de risco de câncer**. 2012. Disponível em: <http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/acoes_programas/site/home/nobrasil/programa_nacional_controle_tabagismo>. Acesso em: 22 mar. 2012.

_____. Instituto Nacional do Câncer. Programa Nacional. **Jovens/mulher e tabaco**. Disponível em: <<http://www.inca.gov.br/tabagismo/frameset.asp?item=atualidades&link=ver.asp?id=1880>>. Acesso em: 23 mar. 2012.

LIMA, F. R. de. Evolução do Produto Interno Bruto nas mesorregiões da Região Sul entre 1999 e 2007. **Caderno IPARDES**, Curitiba: IPARDES, 2011.

SCHENKER, Miriam; MINAYO, Maria Cecília de Souza. A implicação da família no uso abusivo de drogas: uma revisão crítica. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 8, n.1, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232003000100022&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 fev. 2012.

SCHNEIDER, Alessandra Ritzel dos Santos; ALVES, Gehysa Guimarães. Tabaco e adolescentes: a promoção da saúde no contexto da integralidade. **Caderno de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n.4, 2009. Disponível em: <http://www.iesc.ufrj.br/cadernos/images/csc/2009_4/artigos/Artigo_9.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2012.

SCHNEIDER, Sergio. Agricultura familiar e emprego no meio rural brasileiro: análise comparativa das regiões Sul e Nordeste. **Parcerias Estratégicas**, Brasília: MCT: CGEE, n.22, p.217-244, jun. 2006. Ed. especial com os textos apresentados no Seminário de Análise dos Resultados da PNAD 2004.

ZANCHET, Maria Salete. Características das ocupações na agropecuária paranaense. Curitiba: IPARDES, **Primeira versão**, n.7, 2008. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/primeira_versao7_agropecuaria.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2012.